

Integra do Documento "A Nova Economia — Uma proposta para saída da crise econômica", de Sayad.

A nova economia

1 - IDÉIAS BÁSICAS

É urgente a necessidade de dar um sentido de direção à política econômica. Isto é fundamental para eliminar as atuais expectativas desestabilizadoras, para evitar a crescente desorganização da economia produtiva e para que possamos estabelecer um programa efetivo de renegociação da dívida externa. Não podemos, porém, correr o risco de uma tentativa prematura e desastrosa de reedição do choque heterodoxo.

A vista destes objetivos, concebeu-se um programa de estabilização a ser aplicado em três fases visando à construção de uma Nova Economia de baixa inflação, crescimento sustentado e estabilidade econômica. As três fases são:

1ª Fase — meados de março: Anúncio do programa pelo presidente da República e envio ao Congresso Nacional de projeto de lei (explicado na seção 2 abaixo) estabelecendo normas para a viabilização de um novo regime de estabilidade de preços a partir de 1º de junho de 1987.

2ª Fase — Entre meados de março e fim de maio: Administração da fase de transição entre o anúncio do programa da Nova Economia e sua implantação a 1º de junho. Nesta fase de preparação deverão ser tomadas medidas de importância estratégica nas áreas de realinhamento de preços privados, correção de tarifas públicas, eliminação de subsídios e realinhamento da taxa de câmbio. O sucesso do programa de estabilização depende em larga medida de uma preparação adequada, como ficou demonstrado pela experiência do Plano Cruzado.

3ª Fase — A partir de 1º de junho de 1987: Esta fase inicia-se com a entrada em vigor da lei da Nova Economia, estabelecendo novas regras para: a) controle de preços, b) conversão de salários, salário mínimo e aluguéis residenciais para valores equivalentes aos de 1º de março de 1986 e sua posterior revisão em função da inflação residual, c) controle monetário, adequado à evolução da disponibilidade global de dinheiro ao novo regime de estabilidade de preços.

O programa da Nova Economia, ao contrário do Plano Cruzado, adota apenas um congelamento parcial de três meses, especificando entretanto com precisão absoluta as regras para os movimentos subsequentes de preços, salários, aluguéis e moeda, regras estas que foram desenhadas para garantir uma estabilização duradoura da Economia Brasileira sem os problemas de desabastecimento que contaminaram o Plano Cruzado. O desenho das regras de conversão do sistema econômico para a Nova Economia permite também seu anúncio antecipado sem risco de movimentos especulativos.

O programa foi concebido de modo a possibilitar sua discussão prévia com lideranças políticas e envio na forma

de projeto de lei ao Congresso Nacional. O período de apreciação no Congresso corresponderá ao tempo da preparação da economia para sua implantação, no dia 1º de junho de 1987.

2 — CONCEPÇÃO DO PROJETO DE LEI

O esboço do projeto de lei apresentado em anexo define um sistema de regras de reajuste de preços e salário a ser implantado a partir de 1º de junho de 1987, que apresente efetiva possibilidade de estabilidade recuperando a estrutura de preços e salários do início do Plano Cruzado.

Em linhas gerais, o projeto define os seguintes pontos: **PREÇOS** (art. 1 a 3)

Os preços administrados pelo setor público (CIP, SUNAB e tarifas) ficarão congelados por três meses a partir de 1º de junho de 1987. No quadrimestre seguinte (setembro a dezembro) serão autorizados aumentos até o teto da média mensal de variação percentual do IPC do trimestre anterior. A partir de 1988, em cada quadrimestre civil, serão autorizados tetos mensais de variação limitados à média da variação do IPC no quadrimestre imediatamente anterior.

Cada setor de atividade terá uma data base para reavaliação de seus preços, com o objetivo de manter margens adequadas de lucro. Tal reavaliação será efetuada no mês seguinte ao da data-base da categoria profissional à qual pertence o conjunto mais representativo do setor de atividade.

SALÁRIOS (art. 4 a 7)

Todos os salários serão convertidos, em 1º de junho de 1987, aos valores reais equivalentes aos vigentes na data do Plano Cruzado. Tal conversão será feita aplicando-se a variação percentual acumulada do IPC no período entre março de 1986 e maio de 1987 sobre os salários então vigentes. No caso dos contratos de trabalho posteriores a 28 de fevereiro de 1986, procurar-se-á manter o princípio da isonomia salarial.

De forma similar ao reajuste de preços, mas neste caso de forma automática, será concedida, no quadrimestre março de 1987 a dezembro de 1987, uma antecipação salarial mensal, igual à média da variação percentual do IPC no trimestre anterior (junho a agosto). A partir de 1988, em cada quadrimestre civil, a antecipação mensal será igual à média da variação percentual do IPC no quadrimestre anterior. Tal antecipação, entretanto, só ocorrerá se a variação percentual média mensal do IPC, no quadrimestre anterior, alcançar mais de 1,5%.

São mantidas as datas-bases das categorias profissionais. Como todos os salários estão sendo convertidos em 1º de junho de 1987, na primeira data-base, a partir dessa data, o reajuste a ser aplicado corresponderá à variação percentual acumulada do IPC ocorrida após junho de 1987.

Em cada data-base fica garantido um reajuste mínimo de 60% da variação percentual acumulada do IPC, compensando-se as antecipações mensais concedidas e mantendo-se a livre negociação.

Uma vez que se institui um sistema alternativo de reajustes automáticos de salários, fica abolido o "gatilho" salarial, criado pelo Decreto-Lei 2.284. Como será visto adiante, tal sistemática permanecerá para o reajuste do salário mínimo.

SALÁRIO MÍNIMO (art. 8 a 11).

Proíbe-se a utilização do salário mínimo como forma de vinculação a contratos, acordo, etc.

O salário mínimo será convertido de forma similar aos salários, aplicando-se a variação percentual do IPC acumulada, no período março de 1986 a maio de 1987 ao valor do salário mínimo vigente em 1º de março de 1986.

O salário mínimo terá um forma de reajuste automático similar ao "gatilho" atual. Será acionado sempre que a variação percentual acumulada do IPC alcançar 3%, garantindo à preservação do valor real do salário da data do Plano Cruzado.

Além disso, no mês de maio de cada ano será feita a revisão do salário mínimo, ficando definido que tal revisão deverá garantir um crescimento do poder de compra efetivo do salário mínimo pelo menos proporcional à variação da renda per capita.

ALUGUÉIS RESIDENCIAIS (art. 12 a 14)

De forma similar aos demais preços e salários, os aluguéis residenciais serão convertidos em 1º de junho de 1987, aos valores reais equivalentes a 1º de março de 1986.

Nos contratos anteriores a 28 de fevereiro de 1986, a conversão será feita aplicando-se a variação percentual do IPC acumulada no período de março de 1986 a maio de 1987 sobre os aluguéis vigentes em 1º de março de 1986. Nos demais casos, a conversão será feita a partir de parâmetros a serem baixados posteriormente, mas cujo objetivo será manter o valor real médio do contrato.

Uma vez convertidos, os aluguéis residenciais serão, a partir de setembro de 1987, reajustados na mesma proporção da variação mensal dos salários, anteriormente apresentada. Anualmente, será efetuada uma correção do valor do aluguel, tendo por base a variação percentual acumulada do IPC. No caso do primeiro reajuste realizado após 1º de junho de 1987, a variação a ser considerada será contada a partir daquela data.

CONTROLE MONETÁRIO (art. 15 e 16)

Para garantir maior estabilidade econômica, independência do Banco Central e participação do Congresso Nacional, serão definidas regras de controle monetário.

O saldo da base monetária, ajustado para fatores sazonais, deverá permanecer constante entre 1º de junho e 31 de agosto de 1987. A partir de 1º de setembro de

1987, o saldo da base monetária, também ajustado para fatores sazonais, deverá a cada quadrimestre civil apresentar uma média mensal de variação percentual não superior ao teto de variação estabelecido para os preços, acrescido de um fator proporcional ao crescimento estimado do PIB.

O Banco Central fica obrigado a apresentar ao Congresso, ao início de cada quadrimestre civil, a partir de 1º de setembro de 1987, relatório sobre o comportamento da base monetária no quadrimestre anterior e as ações previstas para o período seguinte. Em função de tal relatório, o Congresso poderá emitir moção de censura à direção do banco, sugerindo sua substituição ao presidente da República.

ÍNDICE DE PREÇOS (art. 17)

O IBGE deverá calcular o IPC do mês de maio de 1987 de modo a que todas as variações de preços, ocorridas no período sejam computadas no próprio mês, evitando-se reflexos estatísticos no índice do mês seguinte.

3 - DIRETRIZES GERAIS DE POLÍTICA ECONÔMICA

Além do projeto de lei, que define sua arquitetura básica, o programa de estabilização da Nova Economia pressupõe também uma série de ações coerentes de política econômica, tanto na fase inicial de transição quanto na fase de sua efetiva implantação a partir de junho. As diretrizes de política econômica, apresentadas a seguir, constituem por isso parte fundamental do programa.

a) Política Cambial: A médio e longo prazo é conveniente manter a regra atual de desvalorização diária da taxa de câmbio com base na inflação mensal defasada em quinze dias. Esta é a forma mais eficaz para defender a competitividade de nossas exportações.

Entretanto na fase inicial do programa de estabilização, ou seja entre junho e agosto, é preciso evitar que as desvalorizações cambiais transformem-se em fator de pressão inflacionária sobre os custos. Isto pode ser conseguido se as desvalorizações diárias forem suspensas durante o mês de junho, voltando a seguir a regra anterior a partir de 1º de agosto. Portanto, a taxa de câmbio deverá ficar congelada no mês de junho, voltando ao regime de revisão diária em agosto.

Note-se, porém, que para impedir uma deterioração permanente da paridade cambial dentro desta estratégia, será necessário antecipar até o final de maio toda a correção da taxa de câmbio necessária para compensar a inflação até esta mesma data. Ou seja, o congelamento do câmbio em junho pressupõe que a taxa de câmbio a 1º de junho esteja perfeitamente alinhada em termos da inflação progressa.

b) Indexação Financeira: É conveniente continuar usando a LBC como padrão para as indexações do sistema financeiro. Como no caso da política cambial deve-se manter a regra atual de indexação da LBC à inflação mensal defasada em quinze dias, exceto no mês de junho,

quando o correto será manter estável o valor da LBC. O congelamento da LBC em junho garante que o programa não absorverá uma pressão excessiva dos custos financeiros na sua fase mais incipiente. A partir de julho, volta a valer a regra anterior de indexação da LBC à inflação mensal defasada.

c) Taxa de Juros: Em qualquer economia as autoridades monetárias têm capacidade limitada para controlar a taxa de juros, que responde a um grande número de fatores conjunturais e expectativas. O Banco Central deverá, entretanto, direcionar sua política de mercado aberto visando uma taxa de juros real compatível com a sustentação do crescimento econômico.

d) Déficit Público: O controle da inflação não será resultado da contenção do déficit público, mas esta contenção é fundamental para viabilizar uma estabilização duradoura da economia.

No programa da Nova Economia o déficit do setor público consolidado, no conceito operacional, não deverá superar o limite de 1,5% do PIB. Para conseguir isto as seguintes medidas são imperativas:

— realinhamento adequado na fase de transição das tarifas e preços das empresas estatais, de modo a ter preços corretos no início do programa a 1º de junho;

— eliminação imediata de parte significativa do subsídio do trigo;

— correção imediata das regras de indexação para débitos fiscais e parcelamento de impostos;

— manutenção na fase de transição e a 1º de junho do valor real dos preços dos produtos que foram sujeitos à carga adicional de IPI nas últimas medidas de ajuste do Plano Cruzado (isto é, veículos, fumo e bebidas);

— manutenção de normas de austeridade relativas a contratações, custeio, reformas administrativas e novos projetos do setor público;

e) Finanças Estaduais: O reordenamento do setor público exige hoje não apenas ações a nível da administração federal mas também o equacionamento das finanças estaduais.

A Nova Economia dará início ao processo de Reforma Tributária com a descentralização de receitas tributárias e encargos associados, ao mesmo tempo que desenvolve um programa realista e efetivo de saneamento das empresas e instituições financeiras estaduais.

f) Dívida Externa: A Nova Economia almeja a estabilização dos preços num quadro de crescimento econômico sustentado. Por isso é imperativa a renegociação soberana das condições de pagamento da nossa dívida externa, de modo a adequá-las aos saldos da balança comercial que poderemos gerar sem comprometer o esforço de crescimento.

Deve-se procurar também a abertura de novas fontes de captação de recursos em mercados financeiros não tradicionais e o equacionamento imediato de regras para conversão de dívida externa em capital de risco.